

Vida, Trabalho e Luta: Camponeses no Ceará na segunda metade do século XX.

A atmosfera experimentada no Brasil durante os anos que antecederam o golpe civil militar de 1964 esteve marcada por forte tensão, com os camponeses fortalecendo suas reivindicações, pressionando o Estado, pondo em risco o domínio dos grandes senhores de terra, sobretudo no Nordeste. A fala do sindicalista cearense José Leandro Bezerra da Costa corrobora essa movimentação constante observada nas ruas e praças do Ceará e do Brasil nos anos iniciais da década de 1960:

Passeatas, manifestações, concentrações, nós fizemos muitas aqui e no interior do Estado. Fizemos em Iguatu, Quixadá, Aracati, Cabreiro, Camocim, na Serra de Baturité. Tinha um fato interessante. A FALTAC [Federação dos Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará], para essas grandes ocasiões, sempre conseguia das autoridades ou políticos amigos alguma oferta para os camponeses. Geralmente eram enxadas e os camponeses saíam pelas ruas arrastando as enxadas e fazendo uma zoadá danada, numa alegria louca. De sorte que era uma luta que a gente via que marchava para uma grande vitória.¹

Marchando para a vitória: era essa a crença compartilhada entre tantos camponeses quando resolveram persistir e não aceitar a miséria presente no campo. Estar nas ruas era sinal de demonstração de força, mobilização, denúncia, e, sobretudo teimosia. Deixavam seu recado ao poder público, que geralmente fazia algo para acalmar a turba perigosa que com frequência vinha saindo das lavouras a ocupar as ruas dos centros de várias cidades, quebrando o histórico silêncio a eles impostos.

Todavia, a mensagem era principalmente voltada à classe dominante, aos donos de terras, fazedores de fortuna às custas da expropriação e da exploração dos trabalhadores. Passeatas, reuniões para discussão das problemáticas experimentadas, acompanhar as notícias de revoluções protagonizadas por homens e mulheres pobres do campo em outros países, desafiar a ordem do capanga, contar com apoio jurídico, participar de congressos, enfim, passam a compor as ações de enfrentamento e resistência. A aproximação de agrupamentos e partidos de esquerda junto aos camponeses vai reforçar a visão da elite rural sobre a necessidade de se agir urgentemente para barrar esses movimentos que já

¹ J. L. B. da COSTA. **Depoimento**. Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. Fortaleza: IOCE, 1988. p.59.

começavam a comemorar suas vitórias, como no caso da desapropriação das terras do Engenho Galiléia, na Zona da Mata pernambucana, em favor dos camponeses, em 1959.

Os grupos dominantes viam com muito temor o avanço das mobilizações pelas Reformas de Base de repercussão nacional, contando com o apoio de vários políticos, inclusive do presidente João Goulart. A Reforma Agrária passou a ocupar os debates das casas legislativas nos Estados e principalmente no Distrito Federal. Estava-se diante do risco de concretização de uma revolução no Brasil, iniciada a partir do Nordeste agrário, encabeçada por camponeses, dispostos a lutar por suas reivindicações “na lei ou na marra”.

No Ceará, muitos camponeses estiveram dispostos a enfrentar os desmandos, buscando melhores condições de vida, lutando contra aquilo que julgavam injusto. A tentativa de entender como foi tramado esse embate é o tema principal aqui exposto, indo ao encontro desses vários sujeitos agitadores do campo no Ceará. É uma tentativa de reconstruir essa história dispersa, sem maiores estudos que revelem a grandeza de informações sobre a luta dos pobres da terra em solo cearense, a partir da segunda metade do século XX, época de comprovada convulsão social, advinda em sua maioria da pressão observada nas fazendas, sítios, engenhos, vazantes, de todo o Estado.

Todavia, cumpre observar com calma essa atuação camponesa que ousou questionar a ordem vigente, teimando em não aceitar a condição de explorado, pensando em ações que tornassem a vida menos sofrida. Lembra-se aqui da lição deixada por E. P. Thompson ao alertar a importância dos “becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores” para o estudo da história dos trabalhadores. Para tanto, é preciso resgatar o meeiro do Iguatu, o morador da Serra da Ibiapaba, o diarista da Serra do Baturité, o alugado de Tauá, a apanhadora de café em Pacoti, o trabalhador agrícola do Crato, o campesinato do Ceará. Sabe-se que em sua totalidade, esses agentes por vezes não lograram êxito em suas reivindicações. Muitos camponeses ligados ao processo de mobilização por direitos trabalhistas no campo, ou tantos outros ao erguerem a bandeira da Reforma Agrária nos anos cinquenta e sessenta do século XX, acabaram repetidas vezes surrados, presos, perseguidos, expulsos, torturados e até mesmo assassinados.

A busca pela compreensão histórica dos sujeitos em movimento está diretamente ligada a atenção dada ao tempo do vivido à experiência. É fundamental à pesquisa histórica o respeito ao contexto em análise. Muitas perguntas podem não ter resposta

devido ao fato da significativa distância temporal com seus códigos próprios. O desafio é encarar os fatos do passado não como “progressão, e sim uma imagem, que salta”.² Olhar com cuidado o passado evita distorções de leitura causadas na maioria das vezes pela imposição do presente, contida no pensamento de quem volta ao passado, comprometendo, sobremaneira a forma de entender os sujeitos. É preciso esquadrihar o conjunto de valores que informam um determinado período para se chegar ao entendimento das questões identificadas nas evidências. Dimensões do cotidiano demonstram como se vive, trabalha, barganha, enfrenta as dificuldades, faz política, vive e morre. É lá também que se encontram chaves de compreensão às contradições aparentes dos sujeitos na história.

É preciso considerar os atos de enfrentamento à opressão ocorrendo não necessariamente por meio da ação direta, como motins, bloqueio de estradas, greves, ocupações de terra, assembleias, boicotes, entre outros. As artes da resistência são operadas de diversas formas. As “armas dos fracos” são acionadas a depender das circunstâncias, engatilhadas a partir da experiência dos dominados, legíveis ao pesquisador somente quando se enxerga as resistências cotidianas. A dominação, é questionada de maneira sutil, muitas vezes por meio dos discursos ocultos.³

Pensar assim, exige a procura dos códigos utilizados pelos trabalhadores para escapar ao controle e à dominação. Marcados pelo trabalho com fortes traços de exploração cujos acordos firmados pelos proprietários não se cumpriam, quando se prometia ao camponês trabalho de meia e mais três dias de serviço remunerado e este não se efetivava, a saída era a resistência de variadas formas, desde a lentidão no serviço, descuidos que danificassem as ferramentas, entre outras. Brechas de esperança são abertas em meio ao vendaval de experiências difíceis. Nessa direção, a história passa a ser o resultado da tensão estabelecida entre a recordação e a esperança, surgida no momento em que a humanidade ao indicar os rumos de sua existência toma determinadas atitudes baseando-se tanto no passado quanto no futuro.⁴

No Ceará, os camponeses nas décadas de 1950 e 1960 almejavam várias mudanças, projetavam receber um salário mínimo, estavam dispostos a cobrar direitos trabalhistas,

² W. BENJAMIN. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

³ J. SCOTT. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

⁴ R. KOSELLEK. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

entendiam que a solução para combater a pobreza no campo era a Reforma Agrária. Todavia, lutavam com as armas que elegiam mais eficazes, ativavam a memória, entravam em trincheiras conhecidas por alguns dos seus, evocavam a experiência doutras lutas. Assim, articulam seus desejos às práticas possíveis, consoantes à força material das ideias.⁵

Um dos desafios a se enfrentar era o tipo de moradia cedida ao trabalhador, edificação precária, muitas vezes coberta de palha, frágeis ao sol e à chuva, com mobiliário simples e quase inexistente. João Felismino de Souza recordando sua infância, faz questão de descrever a estrutura de uma das casas que sua família recebeu para morar no “Sítio Pelado”, Cariri cearense:

Lá não havia condição da gente ficar. [...] E a casa que ele dera pra gente morar era uma casa que não oferecia condição. Começava a chover e, quando a chuva passava ficava chovendo mais dentro da casa do que tinha chovido do lado de fora, já que a casa era coberta de palha, muito mal coberta.⁶

Esse tipo de moradia era primordial ao funcionamento do sistema de exploração, uma vez que numerosos camponeses além de não possuírem terra para trabalhar, também não possuíam para morar, razão que explica o latifúndio ter sempre em seu domínio várias dessas choupanas precárias, prontas para receber alguma família necessitada. Esse mecanismo forçava os camponeses a aceitar a condição de trabalho imposta pelo patrão, razão que fortalecia o poder local da classe proprietária:

“Pois o senhor se apronte pra ouvir coisa de arrepiar nesse Crato. Os donos de engenho não dão mais moradia a gente. Só se nos ‘sujeitá’ a trabalhar dois dias na semana a cinco mil reis o dia, a nossa custa. Se falta um dia, vai logo pra fora no outro dia e perde tudo que tiver plantado. Mas eu tenho fé que ainda vem um governo que dê terra aos pobres”.⁷

A instabilidade no morar proporcionava ao proprietário ter em mãos a possibilidade de despejar o trabalhador insubordinado, mecanismo de abuso prontamente utilizado em situações cujo poder dominante era ameaçado. É que a expulsão não causava somente perda de moradia e trabalho, que seria logo recuperado – uma vez que por essa prática ser repetitiva quase sempre havia outro latifundiário disposto a “ceder” um canto para os

⁵ P. GODINHO. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa: Através Editora: Letra Livre, 2017.

⁶ J. F. de SOUZA. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural. 1983, p. 6.

⁷ Terra Livre. Ano VII. 2ª Quinzena de Junho de 1956. Nº66 p.4

despejados –, porém afetava diretamente o passado recente do camponês, pois toda a sua produção era também perdida, geralmente as roças de legumes e cereais ficavam na propriedade do patrão.

Comer para o camponês em muitas ocasiões era algo difícil que podia acontecer apenas uma vez ao dia, de noite, após o dia de serviço, como afirma José Leandro Bezerra da Costa:

No dia 27 de abril último, reunimos com a federação da FALTAC em Forquilha, no município de Guaramiranga. Constatamos coisas de estarrecer: trabalhadores associados, pais de 7 a 12 filhos, ganhando um salário diário de Cr\$60,00 a seco, comendo com seus filhos uma vez por dia, as 21.00 horas depois que cozinha o feijão, comprado com os minguados 60 cruzeiros. Só recebem o salário depois que largam o trabalho, e ainda é em vale para comprar no fornecimento de quem via de regra é um protegido dos grandes proprietários, pequeno comerciante que as vezes falta até o feijão. Os trabalhadores são obrigados a receber em farinha e rapadura para almoçarem as 9 horas da noite, um pedaço de rapadura com farinha. O feijão é cozinhado com água e sal e misturado com farinha para toda a família. As crianças comem caldo do feijão escaldado com farinha.⁸

Exposto à miséria e à fome, enfrentava difíceis situações cercado pela engenhosa rede de exploração alicerçada pelo mandonismo dos grandes proprietários e a conivência do poder público através da polícia, do juiz, da liderança política e em muitos casos com a benção dos clérigos. O cambão, dias em que o camponês trabalhava para o patrão gratuitamente, servia não somente para assegurar a produção do latifundiário, ele se articulava a garantia da fome e miséria do trabalhador, por que impossibilitado de produzir para sua família, ficava dependendo de comida vinda da casa grande – os rebotalhos, sem dúvidas. Outra opção era comprar a preços absurdos no barracão, na caderneta ou no “vale”, papel moeda existente em muitas propriedades, servindo ao mesmo tempo para restringir as opções de lugares de compra a determinados estabelecimentos e para diminuir o poder aquisitivo dos camponeses, pois quando se compra no vale o custo sai ainda mais caro.

Na roça, se aprendia que a vida no campo era adversa desde os primeiros anos da infância quando se tinha que ajudar a família no eito. Era lá onde se fazia as iniciais operações matemáticas quando via o pai receber as ordens de serviço comparado ao mirrado salário recebido, ou o tanto da produção que devia dar ao dono da fazenda, e

⁸ Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 1965/Comunismo/ULTAB (1961-1964).

ainda tantas outras experiências de injustiça que eram compreendidas à medida que o tempo passava.

Os dados da Comissão Nacional de Política Agrária de 1952, demonstram que a maioria dos contratos firmados entre trabalhador e proprietário se davam de forma não escrita. No Norte os contratos materiais correspondiam apenas a 2%; no Nordeste 7%, Leste 9%, Centro-oeste 6%, Sul 23%. Partindo dessas amostras, deduz-se está todo o Brasil erguido sobre essa prática de desmando e ausência do poder político responsável pela regulamentação e acompanhamento das formas de trabalho no campo.

Os contratos estabelecidos nas propriedades cearenses obedecem a mesma lógica do país, dos 72 contratos pesquisados, 66 eram estabelecidos de forma verbal.⁹ As atividades econômicas predominantes no Ceará até os anos 1980 em grande medida ligavam-se à pecuária e à agricultura, figurando o algodão, cana-de-açúcar, feijão, arroz e milho entre os principais itens de cultivo agrícola, e o gado bovino na pecuária. Porém, o que se verifica é a exploração regendo toda essa cadeia produtiva.

Conversando com o arrendatário Francisco Ferreira Lima, este me disse que ia guardar o algodão para plantar, porque seria melhor do que vender uma arroba de algodão por cem cruzeiros e depois comprar uma de caroço por noventa para semente, sendo descontado 35% em cada saco na venda do produto. Os camponeses dessa região estão descontentes, da maneira que vai não é possível suportar mais a situação. Além de quatro anos de seca que acabamos de atravessar, nossos produtos não têm valor. Depois que termina a safrinha miúda fica o lavrador abandonado sem um pequeno serviço que dê para ganhar ao menos para comprar o cigarro. A maioria dos camponeses daqui já deixou de tomar café e de fumar, por que não é possível se vender dez litros de feijão para comprar uma quarta de café. O mesmo acontece com o sabão: não podemos mais lavar roupa custando a barra sete cruzeiros, quando vendemos uma arroba de oiticica por quinze cruzeiros apenas, pois neste caso uma arroba de oiticica só dá para comprar duas barras de sabão.¹⁰

A renda era cobrada em dinheiro ou percentual da produção, prática bastante questionada pelos trabalhadores. Devido aos elevados valores do arrendamento pouco sobrava para adquirir utensílios básicos ao serviço agrícola:

Viajamos agora mesmo em toda a Estrada de Ferro de Sobral. Não há entusiasmo com o inverno. Não houve ajuda do governo com sementes e enxadas para os lavradores pobres. Uma enxada está custando, no Interior, Cr\$60,00. Um quilo de semente de algodão custa Cr\$4,80. Arroz, feijão e milho para semente não há, e os ricos, que possuem

⁹ C. CALDEIRA. **Arrendamento e parceria no Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955. p.10.

¹⁰ Terra Livre. Ano VI. 2ª Quinzena de Outubro – 1ª Quinzena de Novembro, 1954. Nº50 p.2

depósitos, se aproveitam da falta para vender caro. Outro fato que impede o desenvolvimento da produção é a ganancia dos latifundiários. Sobem os arrendamentos, a ponto de ser exigido pagamento da renda em dinheiro e adiantado, como nos Municípios de Maranguape, Pacatuba, Camocim, Fortaleza e Pacajus, ou então os meeiros são obrigados a trabalhar dois dias por semana para o proprietário [...]¹¹

Consistia o arrendamento grande entrave ao camponês, pois era a partir dessa prática de uso da terra que a dominação se perpetuava no campo. Esse mecanismo possibilitava aos latifundiários explorar de todas as maneiras possíveis aqueles que necessitavam de terra para produzir.¹² Ganhavam no momento em que se arrendava e posteriormente quando compravam os gêneros ali produzidos: “O lavrador José Augusto explicou que a Lagoa tem 20 tarefas de terra e que todos os anos eles enchem essas 20 tarefas de arroz, pagando uma renda de 25 por cento”¹³. Controlar a terra era a primeira medida que se tomava quando o objetivo era tentar controlar quem dela vivia. Estratégia presente no interior brasileiro desde tempos coloniais, reforçada pela Lei de Terras de 1850, corroborado com o fortalecimento da elite agrária após a instauração da República. O Censo Agrícola de 1950 mostra que os estabelecimentos com mais de 200 hectares somam aproximadamente 80% da terra no país, área controlada geralmente por 10% do total de proprietários recenseados.

Nota-se que as propriedades com mais de 200 hectares representavam 13% dos imóveis rurais, porém correspondiam a 67% da área do Ceará. No Sertão central se localizava a maior ocorrência de concentração fundiária, as propriedades com mais de 200 hectares correspondiam aproximadamente a 81,3% daquele local, seguido pelo sertão dos Inhamuns (Sudoeste) com 74,2% e do Sertão centro-Norte com 73,5% .¹⁴ São dados que permitem imaginar quais desafios estavam propostos para os pobres da terra em sua longa marcha em busca de sobrevivência, tendo que se refazer quase que cotidianamente num mundo repleto de cercas e donos de terras. Os locais onde não se exigia renda, só podiam ser utilizadas até os fazendeiros não invadirem. As terras ainda não exploradas atraíam primeiramente aqueles dispostos a escapar dos arrendamentos, com objetivo de melhorar a vida.

¹¹ Terra Livre. Ano VII. 2ª Quinzena de Abril 1955. Nº55 p.4

¹² A. U. OLIVEIRA. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

¹³ Terra Livre. Ano VII. 1ª Quinzena de Julho 1955. Nº58 p.4

¹⁴ F. A. G. de ALENCAR. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Tese de Doutorado em Sociologia. UFC, Fortaleza, 2004.

O produto mais valorizado, o algodão, era cultivado em grande parte no sistema de meia, concentrado sobretudo nos sertões centrais e norte. Recrutava-se o trabalhador para as terras onde se exigia a metade de toda a produção como forma de pagamento do uso da terra. Essa metade variava de acordo com a fazenda. Em algumas ocasiões a divisão se dava por qualidade da colheita, estando o meeiro obrigado a entregar o algodão de melhor qualidade, restando ao camponês o pior do que fora colhido. Outras vezes, a meia era regida pela estação climática. Ordenava-se a entrega de tudo que fora colhido durante seis meses, geralmente os gêneros de maior valor no mercado, e liberava-se os meses restantes para o camponês cultivar e colher sem obrigação de repasse. Em outras propriedades o trabalhador só desfrutaria no primeiro ano de cultivo, devendo repassar toda a safra ao patrão a partir do segundo ano.

Plantando algodão o meeiro só tem direito ao roçado no primeiro ano. Depois, o roçado passa totalmente para o poder do dono da terra. O mesmo acontece com a plantação da cana. O milho é adquirido pelos patrões aos operários a troca de mercadorias.¹⁵

Havia também os trabalhadores diaristas ou alugados. Habitante de um simples casebre, o alugado muitas vezes complementava sua renda com seus serviços intermitentes em diversas fazendas. Em certas ocasiões, arrendava um determinado terreno, além de realizar trabalhos múltiplos. Ajudava na colheita de alguma lavoura carente de mais braços como a de algodão ou café, preparava a terra para o cultivo, limpava as capoeiras, arrancava tocos, concertava açude, retelhava casas, trocava a cerca, arrumava o curral, matava bicho.

Havia também os assalariados, geralmente em empresas rurais de pequeno porte, os trabalhadores eram responsáveis por serviços diversos com salário muito abaixo do ofertado noutras fábricas.¹⁶ Variando de estabelecimento, o ordenado era regido muitas vezes pela vontade do dono, sem fiscalizações. Para se ter dimensão, o Engenho Bebida Nova localizado no Crato destinava aos seus operários 12 cruzeiros por dia. A média da região variava de 12 a 20 cruzeiros, a legislação da época indicava 60 cruzeiros com direito a receber pelos domingos, feriados e dias santos sem trabalhar.¹⁷ No do Maciço de Baturité, se pagava entre 8 e 10 cruzeiros por 10 horas trabalhadas por dia.¹⁸ Havia casos, que o pagamento era de 20 cruzeiros, porém com jornada diária de 14 horas. Em

¹⁵ O Democrata. Ano I. 21/08/1946. Nº133. p. 4.

¹⁶ J. L. B. da COSTA. Op. cit. p. 45.

¹⁷ Terra Livre. Ano VIII. 2ª Quinzena de Setembro de 1956. Nº72 p.

¹⁸ Terra Livre. Ano VII. 2ª Quinzena de Abril 1955. Nº55 p.4

Guaraciaba do Norte na Serra da Ibiapaba os trabalhadores eram pagos com um “salário de fome de 10 a 15 cruzeiros”. Os dias não trabalhados, domingo, dias santos, quando o camponês estava impossibilitado de ir à lida, não eram contabilizados.

Os posseiros, grupo detentor de pequenas propriedades obtidas quase sempre por herança familiar por terem ocupado regiões devolutas, eram alvo constante dos fazendeiros que ao se interessarem por essas terras não mediam esforços para adquiri-las. O posseiro representa ameaça ao latifundiário, por não necessitar se sujeitar ao circuito dominante, pois planta e colhe em seu pequeno terreno, garantindo pelo menos o sustento alimentar. Esse camponês está fora das propriedades onde reinam injustas condições de produção impostas pelo grande proprietário, representando, portanto, sinal de enfrentamento à ordem estabelecida.

O camponês Napoleão José da Silva, de Iguatu compareceu à assembleia geral da ULTAC, em Fortaleza, para denunciar as injustiças que sofre da situação dominante em Iguatu. Querem expulsá-lo de sua pequena propriedade no lugar chamado Engenheiro Barreto e, com esse intuito, já o prenderam uma vez. Os latifundiários hoje manobram as autoridades.¹⁹

O pequeno terreno do camponês estava em disputa, o latifúndio precisava daquelas terras. A ordem era expulsá-lo e era isso que ia ser feito. Cercado por uma difícil realidade que o desafiava cotidianamente, o camponês buscava antes de tudo sobreviver em meio a elevado nível de exploração. Sua sobrevivência pode ser lida como primeira atitude de rebeldia, já que desde seu nascimento o que lhe esperava era a morte, com assassinatos, ou mais lentamente nos dias de fome perene que o acompanhava segundo também as ordens dos dominadores. Manter-se vivo era a demonstração de que o pobre do campo teimava em não aceitar a dominação reinante, fazendo da vida cotidiana um ininterrupto resistir, utilizando as armas que dispunha para confirmar seus projetos. Dessa constatação compreende-se o camponês como sujeito de história capaz de resistir, tendo em mente seus objetivos. Variados são os exemplos que demonstram a força empregada pelo pobre camponês na tentativa de burlar a exploração e estabelecer alternativas que lhe garantisse melhora de vida. Às vezes de forma mais clara, outras de forma velada, aos poucos vão sendo criados caminhos responsáveis por desviar o destino da subserviência.

Faz-se mister acompanhar essas fissuras de poder encontradas no cotidiano da produção rural que apontam medidas contestatórias, de insubordinação. As estratégias

¹⁹ Terra Livre. Ano VII. 2ª Quinzena de Fevereiro de 1956. Nº62 p. 4

permitem entender o papel dos dominados nessa relação, que ao ler o cenário em que se encontrava, julgava o que seria mais apropriado, mesmo que sua vontade enfrentasse o poder, arriscando sua vida.

O latifundiário Claudionor Cruz abateu a tiros de revolver o feitor do seu sítio Atêrro. O feitor havia decidido entregar o sítio ao patrão, por não suportar mais as exigências deste. Resolveu sair do sítio num dia de quinta-feira. Na quarta-feira, o feitor vinha chegando do roçado, quando foi chamado pelo patrão para uma conversa. Negando-se a pagar ao feitor o que este tinha direito, o patrão discutiu com ele, e depois, sacando o revolver, abateu-o perversamente.²⁰

O relato trágico da morte de um camponês no município de Pacoti revela a vulnerabilidade dos trabalhadores, sendo o assassinato uma prática de resolução de divergências entre patrão e empregado. Para quem trabalhava, as condições impostas não eram suportáveis, não podiam mais ser aceitas, restando sair, “entregar” a propriedade e buscar nova ocupação. Porém, o que deve também ser dito é que o “feitor” não ia sair sem nenhuma garantia de indenização, pagamento ou reconhecimento da benfeitoria aplicada. Exigiu o que “tinha direito”. Essa exigência está documentada como discussão que acabou em morte. Sacar o revolver para o proprietário foi a saída que julgou mais eficaz, muito provavelmente pelo teor que a “discussão” tomou. Infelizmente, não se tem acesso ao que de fato gerou a morte do camponês, porém é difícil acreditar que se tratou apenas da vontade do patrão, posto que mesmo contando com o silêncio da polícia em não investigar o caso, ter contratado advogado, além de também ameaçar, subornar e forjar testemunhas, Claudionor Cruz resolveu vender a propriedade e mudar-se para outra região. Nesse sentido, a vontade de expulsar os trabalhadores de suas terras nem sempre se concretizava de imediato, exigindo do patrão outras medidas que não garantiam que seu desejo se realizasse, pois, o camponês reagia e desafiava-o.

No dia 12 de agosto passado, quando dormiam em sua tapera o camponês Francisco Gomes Barbosa e sua família (esposa e 7 filhos menores), o latifundiário criminoso de nome José Maria do Rêgo, auxiliado pelo seu capanga José Correia de Melo, empunhando fuzis e aproveitando a escuridão da noite, jogaram gasolina e atearam fogo à residência do lavrador. Os prejuízos das vítimas desse bárbaro crime vão a mais de 100 mil cruzeiros, e não houve morte porque o vizinho, Francisco Batista, enfrentando as ameaças do latifundiário José Maria do Rego, correu em socorro do seu companheiro, entrando em casa a acordando a todos para livrarem-se do fogo. Toda a família, inclusive crianças de pouca idade ficou ao relento, como se não bastasse a luta pela fome. A maneira arrogante com que os latifundiários falam aos camponeses quando querem expulsá-los da terra, já não impressiona

²⁰ Terra Livre. Ano VII. 1ª Quinzena de Julho 1955. Nº58 p.4

muito, e os homens do campo já não aceitam abandonar tudo o que fizeram sem indenização. E esta foi a questão de Francisco Gomes Barbosa, ameaçado pelo criminoso José Maria do Rego a abandonar a casa e a terra, com toda a família, ou morrer violentamente pelas armas ou fogo. Como Francisco não quisesse obedecê-lo, no mesmo dia da ameaça teve a sua casa incendiada. Não fosse a coragem e a rapidez com que agiram Francisco Gomes e seu vizinho Francisco Batista, todas as crianças teriam morrido queimada, sem piedade.²¹

Francisco Gomes Barbosa não aceitou a ordem de despejo. Deixou claro ao patrão que daquela terra só saía mediante pagamento pelo trabalhado, mesmo sabendo do poder que José Maria do Rego tinha, que além de recurso financeiro contava com o aparato da milícia rural, disse não à exploração e a injustiça. Para o latifundiário o caminho a ser trilhado era da violência extrema, praticada sempre quando necessário para manutenção do domínio no campo. Ateu fogo à casa do camponês que lhe desafiou, porém sem grande êxito, uma vez que sua ordem continuou seguindo questionada. Outro camponês, mesmo ameaçado, socorreu Francisco Gomes, contrariando o mandado do latifundiário de não prestar assistência à família com a casa incendiada. A vítima depois do ocorrido, seguiu afirmando querer continuar nas terras que trabalhara, saindo de lá apenas depois do valor devido pelo patrão e agora reclamando judicialmente reparo pelos danos causados pelo incêndio. Esse fato, documentado no *Terra Livre*, se soma a outros casos que dão à vista ao caráter contestatório presente no Ceará demonstrando ser o trabalhador do campo, sujeito de sua história, que reage ao desmando presente na estrutura agrária, quando julga ser necessário enfrentar, questionar, mesmo que da sua ação decorram medidas ainda mais drásticas do que a vivida cotidianamente. Em determinadas ocasiões sua economia moral não permitiria tal afronta, era mais lícito perder alguns poucos objetos presentes em seu casebre, sofrer emboscadas, ou ter a vida tirada do que suportar a humilhação, passando por cima do medo.²²

As dificuldades da vida vão tomando outra dimensão à medida que as reclamações passam a ser coletivas. Verifica-se que os camponeses percebem alguma fortaleza ao compartilharem seus sofrimentos, se identificam com os relatos de miséria contados por outros sujeitos com semelhante condição e passam a dar importância ao movimento associativo que vinha crescendo nos anos 1950. A fala aos poucos vai se tornando coletiva, por que as dores também eram. O embate agora podia ter outro formato, com

²¹ Terra Livre. Ano XIII. Setembro de 1962. Nº114 p.8

²² E. P. THOMPSON. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

alguns aliados, com suporte de outros mecanismos, fortalecendo a fala contestatória, definindo cada vez mais suas prioridades e identificando seus opositores. Esse cuidado metodológico deve ser frisado no sentido de perceber que dado o significativo número de associações de trabalhadores rurais criadas pelo Brasil na década de 1950, existe uma disposição camponesa de enfrentamento à dominação anterior à chegada desse dispositivo.

Formar grupos de discussão, associações de apoio mútuo, se aproximar de outros trabalhadores que conquistaram ganhos, lutar por direitos, ouvir o que um palestrante da cidade tinha a dizer, participar de reuniões, fundar organizações de defesa, sindicalizar-se. De uma conversa na feira livre aos sábados, participar de Conferência na Capital, ou viajar à Viena para representar o Brasil em congressos, aos poucos a agenda de luta desses sujeitos vão tomando dimensões maiores. As situações de exploração agora se transformam em programas que visam combater as injustiças sofridas. Os desejos se tornam objetivos a serem alcançados, os reclames se transformam em denúncias, os órgãos do Estado são pressionados.

Irmãos trabalhadores! Realizai em cada fazenda ou usina, em cada local de trabalho, nos patrimônios, nas povoações, nas posses, nas vilas, nos córregos, nas águas, nas feiras e nas terras de arrendamento, reuniões para debater a vossa situação! Como fruto dessas discussões, será elaborada pela II Conferência a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhos Agrícolas do Brasil”. Realizai Conferências locais, municipais, de zonas e estaduais! Elegei vossos legítimos representantes para falar em vosso nome na II Conferência.²³

As diversas organizações camponesas verificadas em todo o estado cearense revelam um ambiente de acirramento da luta de classes no campo uma vez que camponeses vão somando seus esforços de resistência aos históricos casos de exploração por parte dos grandes proprietários, às formas de luta coletiva por meio de associações. Salário mínimo, carteira de trabalho, ferramentas de trabalho, melhores condições na produção, moradia, posto médico, escola, compõe o quadro de demandas dos pobres verbalizadas em assembleias. Tais desejos, que se presume existir desde sempre, vão se transformando em projetos de vida, sobretudo a partir da década de 1950 com o crescente número de organizações camponesas fundadas nos mais variados distritos e rincões brasileiros cujo objetivo primordial era a luta por direitos desses trabalhadores.

²³ Ano V São Paulo. 2ª Quinzena de julho – 1954. Nº45 p.3

Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome. O assunto mais debatido é exploração nos arrendamentos, falta de terra para os camponeses trabalharem, baixos salários, falta de assistência médica e remédios, alto preço das ferramentas e artigos de consumo, falta de financiamento, falta de garantias de preço de produto. Foram aprovadas resoluções pela organização e unidade dos trabalhadores agrícolas, pela luta contra a exploração nos salários e nos arrendamentos, por terra, sementes e ferramenta, por financiamento e inseticidas para os lavradores pela construção de açudes, pela aplicação das leis trabalhistas no campo, etc.²⁴

As queixas, os relatos, as dores, as perdas, se tornavam coletivas fazendo circular as narrativas de sofrimento passando a compor o quadro de reivindicações em todo país, pressionando a política nacional com pautas historicamente negadas e agora defendidas por camponeses e setores ligados às lutas do campo. As denúncias de agressões cometidas tanto pelos latifundiários quanto pelo Estado tinham endereço certo e as medidas a serem tomadas partiriam da opinião de alguns sujeitos que também eram explorados. Em coletivo discutiam o que poderia ser feito para melhorar a vida onde moravam e trabalhavam. Em conjunto liam as batalhas de outros camponeses em situação semelhante, de lá saíam informados e animados a continuarem resistindo buscando cada vez mais sócios dispostos a aumentar o grupo.²⁵

Nesse sentido, compreende-se que essas associações funcionaram como aglutinadores das lutas no campo agindo para fortalecer os trabalhadores em constante embate com proprietários. Portadoras de uma estrutura que facilitava a organização da luta, as associações desempenharam papel importante na busca por direitos, pelo fato de proporcionar acesso à legislação vigente, fornecer apoio jurídico nos casos de violação, estreitar as relações com lideranças políticas, patrocinar viagens a congressos, disponibilizar cuidados médicos.²⁶

No Ceará, essa dinâmica é observada pelos relatos dos próprios camponeses quando acreditam ser as associações espaços destinados aos interesses coletivos, incentivando os camponeses a procurarem “reforço” e insistirem naquilo que julgavam

²⁴ Terra Livre. Ano V. 1ª Quinzena de setembro – 1954. Nº48 p.3

²⁵ L. S. de MEDEIROS. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989; C. WELCH. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010; L. M. STEIN. **A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1997; M. G. W. OCHOA. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará 1954 – 1964**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicações, 1989.

²⁶ T. H. P. JOCA. **Resgatando o singular: a memória quase esquecida**. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987.

correto. Lá, após se reunirem, fazem documentos, cartas, manifestos, abaixo-assinados tornando pública sua reivindicação, afirmando sua disposição em trabalhar para garantir o desejado, ou denunciar as violações que precisam ser combatidas:

“Nós, moradores em Sussuanha, município de Guaraciaba do Norte – pequenos proprietários, rendeiros, meeiros e assalariados agrícolas, vimos por meio desta solicitar a publicação da situação de miséria no campo. Mesmo sem falar em salário que é insignificante, queremos nos referir ao analfabetismo em nosso meio e, em particular neste município. Aqui, as crianças pobres não frequentam escolas, podemos assim dizer, por não existirem em quantidade suficiente. O certo é que em cada grupo de cinco crianças em idade escolar, quatro faltam ser alfabetizadas”.²⁷

Essas associações estavam repletas de simbologias. Eram aqueles locais os símbolos da luta por direitos no campo, pondo em questão as relações sociais predominantes até então num espaço marcado pela exploração, violência e desmando, em que as questões muitas vezes se resolviam pelo despacho do próprio proprietário ou do Estado, que historicamente trabalhou para a classe dominante. Para se ter uma ideia do grau de simbologia que essas Associações tinham, quando em 1964 após consolidado o golpe uma das primeiras medidas tomadas pelas lideranças do exército no Ceará foi demolir o prédio onde funcionava a sede da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC). Ter uma associação muito perto das fazendas, sítios e propriedades era sinal de que havia um limite a ser cumprido pela classe proprietária. Questões de trabalho passavam a ser discutidas e a postura autoritária e constrangedora, teriam agora orientações legais sobre como deveriam ser resolvidas.

Ao se associarem não estavam apenas entrando em contato com um conjunto de leis que poderiam modificar seu trabalho e sua vida, ou somente se informando que em outros lugares do país e do mundo camponeses marchavam em ligas, organizações. O simples fato de procurarem esses espaços já era em si um enfrentamento para muitos fazendeiros. Buscar informações sobre o preço do salário mínimo da região, quanto custavam diárias de serviço, preço mínimo dos produtos, aluguel de enxadas e outras ferramentas, se configurava como ato de rebeldia.

Agir dessa forma implicava correr uma série de riscos, pois de pronto os patrões entenderam do que se tratava e logo partiram para o ataque. Ameaças de despejos,

²⁷ Terra Livre. Ano VII. 2ª Quinzena de Fevereiro de 1956. Nº62 p. 4

intimidações feitas por policiais, rondas noturnas nas casas dos camponeses, demonstram como os fazendeiros estavam incomodados com os últimos acontecimentos.

“O presidente da Associação Camponesa foi expulso da terra pelo fazendeiro, juntamente com mais 5 companheiros, sendo obrigados a deixarem suas lavouras. Entretanto, a solidariedade dos companheiros das regiões próximas se fez sentir, servindo o fato para alertar mais os trabalhadores do campo e acender mais o fogo da luta.²⁸

Esse conflito com o passar dos anos vai se acirrando, tornando cada vez mais latente as disputas entre camponeses e proprietários principalmente no final da década de 1950 e início dos anos 1960 quando essas associações se transformam em sindicatos, buscando a justiça do trabalho para resolver seus conflitos:

Negar trabalho não adianta: Camponeses querem sindicato. O tiro dos latifundiários saiu pela culatra, quando negaram terra para os camponeses sindicalizados plantarem no próximo ano de 1964. Cerca de 500 associados, defendidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá, ficaram sem terras para trabalhar por terem procurado filiar-se ao Sindicato. Essa medida do latifúndio, visando enfraquecer a sindicalização rural, não deu resultado, pois os camponeses, por causa disso, procuraram os sindicatos para se associarem em grande número.²⁹

Essa nova entidade de classe que há algum tempo vinha incomodando os patrões das fábricas com greves, piquetes, assembleias, processos judiciais, entre outras formas de luta por direitos, se instalam no interior com grande força, tornando mais agudas as disputas do trabalho no campo. Entram para a briga judicial acionando as Delegacias Regionais do Trabalho, formam Pactos Sindicais com outras categorias, promovem greves, organizam passeatas nos grandes centros, cobram das autoridades políticas, alteram a conjuntura do país. Vários são os casos, somente no Ceará, onde questões envolvendo a posse da terra, confrontos entre posseiros e grileiros, entre outros, são acompanhados de perto pela Delegacia Regional do Trabalho, agindo como mediadora nesse clima de constante tensão verificado nos primeiros anos de 1960, época de grandes mobilizações por reformas em âmbito nacional evidenciando os embates entre projetos políticos em disputa.

²⁸ Terra Livre. Ano XIV. Fevereiro de 1963. Nº119 p.2

²⁹ Terra Livre. Ano XIV. Dezembro de 1963. Nº129 p.5